

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Mariana Boeno Ramos

Mulheres Negras: Formação docente a partir de uma narrativa autobiográfica.

Porto Alegre  
2º Semestre  
2017

Mariana Boeno Ramos

Mulheres Negras: Formação docente a partir de uma narrativa autobiográfica.

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera

Porto Alegre  
2º Semestre  
2017

## Dedicatória

*Dedico este trabalho a todas as mulheres negras que abriram os caminhos para que eu pudesse concluir esta etapa. Aquelas que lutam pelo direito à educação. Aquelas que acreditam em uma educação pública de qualidade e, principalmente, àquelas que vão ousar continuar lutando: Nós, mulheres negras.*

## Agradecimentos

Vou começar agradecendo àquela que me cuida desde que nasci. Que acordava à noite para me alimentar. Que me levou para a creche e a escola. Que passava sufoco quando eu tinha que tomar vacina. Que me ensinou a fazer bolo e que me apoia nas loucuras do dia a dia. A minha irmã Denise Boeno Ramos. Muito Obrigada!

Minha tia Iolanda Boeno que me ensinou a dizer: Bom dia! Muito Obrigada! Por favor! Mas também me ensinou a plantar, pregar, costurar e limpar. A ser honesta, solidária, compreensiva e responsável. Por ter me oportunizado uma infância feliz. Muito Obrigada!

À minha seguidora Jeniffer Ramos, também minha sobrinha e afilhada, que está sempre presente nas entorses.

Ao meu sobrinho Dyorge Ramos que me ensinou a ser tia de menino, o que contribui muito para ser mais prática nas coisas.

Agradeço a amiga Gilciane Neves pelos anos de amizade, por acreditar que eu seria capaz de entrar e sair dessa universidade com os “pés no chão”.

Às integrantes da ONG Maria Mulher que me “empurraram” para dentro da universidade. Sem este empurrãozinho eu não estaria aqui. Grata!

A Noho Homero e Jovita Sommer que fazem parte da minha história, que acompanham meu crescimento desde criança, que contribuíram na construção da minha identidade, que me mostram que um outro mundo é possível. Muito Obrigada! Já disse que a culpa é de vocês, né?

À Maria Conceição Lopes Fontoura que me leva para casa todos os dias e por isso faz parte desta minha etapa de conclusão (brincadeira).

Às minhas amigas Cleni de Paula e Jaqueline Ferri que há alguns anos abrem espaço para estagiárias de Pedagogia no CAPS, oportunizando o diálogo entre educação e saúde. Neste espaço, tive a oportunidade de me experimentar enquanto docente e me conhecer enquanto uma pessoa com limitações. Obrigada!

À minha professora/orientadora Aline Cunha por ter aberto uma exceção para me orientar na escrita desse trabalho nesse período em que sua vida está cheia e o tempo é curto (mais sempre é assim, então...). Muito Obrigada! Pelos anos de convívio com experiências/aprendizagens significativas. Representatividade importa!

Por fim e não menos importante: minhas colegas Carine Lemos, Rérian Farias e Verônica Mendonça que acompanharam esse processo prazeroso e doloroso de conclusão de curso. Agradeço pelo companheirismo, cumplicidade e paciência nos momentos engraçadinhos. Muito obrigada, vocês fizeram a diferença nesse momento.

UBUNTU!

## **“Me gritaram negra”**

*Victoria Santa Cruz*

Tinha sete anos apenas,  
apenas sete anos,  
que sete anos!  
De repente umas vozes na rua  
me gritaram Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!  
"Por acaso sou negra?" – me disse  
SIM!  
"Que coisa é ser negra?"  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos  
e mirei apenas minha carne tostada  
E retrocedi  
Negra!  
E passava o tempo,  
e sempre amargurada  
Continuava levando nas minhas costas  
minha pesada carga  
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
E daí?  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra sou  
De hoje em diante não quero  
Alisar meu cabelo  
Não quero  
Chamam aos negros de gente de cor  
E de que cor!  
NEGRA  
E como soa lindo!  
NEGRO  
Afinal  
Afinal compreendi  
AFINAL  
Já compreendi  
AFINAL  
Já tenho a chave!  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
Negra sou.

## Resumo

O presente trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apresenta uma reflexão sobre como a formação docente vai sendo construída ao longo da vida. Para isso, foi estruturada uma pesquisa com caráter qualitativo de inspiração autobiográfica. O objetivo foi de compreender, a partir da “narrativa (auto)biográfica” por meio de um relato de momentos significativos elencados pela autora, como as vivências cotidianas, como mulher negra, refletem na formação docente. Para problematizar este tema, como espaço de formação, são trazidos os relatos memorialísticos de vivências pessoais, utilizando registros fotográficos da educação básica; relatos sobre a participação em movimento social de mulheres negras; relatos de estágio na área da saúde mental e de momentos na universidade. O referencial teórico que trouxe o suporte para as análises foi baseado em Gomes (2002), Souza (2006), Silva (2015), dentre outros. A compreensão obtida na pesquisa foi de que a formação docente relaciona-se aos processos identitários como mulher negra, o que se constrói ao longo da história de vida. No entanto, estas questões só serão problematizadas quando no reconhecimento desta negritude.

Palavras chaves: Autobiografia. Mulheres negras. Formação docente.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO e METODOLOGIA.....	8
2. RITUAIS ESCOLARES: "Nossos passos vem de longe" .....	15
3. "OLHOS D'AGUA": Autorretrato das mulheres negras .....	20
4. ATUALIDADES DAS VIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS.....	27
5. AÇÕES AFIRMATIVAS E A FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA .....	34
6. FINALIZANDO A ESCRITA.....	38
REFERÊNCIAS.....	39



## 1. INTRODUÇÃO e METODOLOGIA

Esta pesquisa aborda questões relativas à minha narrativa pessoal, na vivência com mulheres negras e como uma mulher negra, em sua relação com a formação docente. Conforme António Nóvoa (2011) “o professor é a pessoa e a pessoa é o professor” (p. 56). Segundo sua análise, “é impossível separar as dimensões pessoais das profissionais. Ensina-se aquilo que somos e, naquilo que somos, se encontra muito do que ensinamos” (p. 56).

Neste momento, cabem considerações sobre algumas motivações que me conduziram, ao longo do Curso de Pedagogia, a desenvolver este tema. Sou uma mulher negra, moradora do bairro popular mais próximo da parte central de Porto Alegre, porém com altos índices de criminalidade. No entanto, há escolas estaduais e municipais, locais de atendimento à saúde, comércio variado, redes de supermercados. No aspecto da presença humana: trabalhadoras e trabalhadores que atuam na região e fora dela. Minha criação ficou sob responsabilidade de uma tia e de minha irmã, após o falecimento de minha mãe, quando eu tinha seis anos de idade. Esses fatores, reconheço que influenciaram diretamente na minha concepção sobre a docência, o que passo a descrever.

Minha tia, mulher negra com pouca escolaridade, sete filhos e um marido ausente. Esta mulher era responsável pelo sustento da casa, pelo auxílio aos filhos, aos sobrinhos, aos vizinhos. Minha irmã Denise herdou uma das profissões de minha mãe, trabalhava como babá, mas também lavava, passava e cozinhava numa “casa de família”. Deixou a escola para trabalhar, só retornando depois que fui morar com ela. Na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), concluiu o ensino fundamental. Assim como minha tia, ela era responsável por mim, seu companheiro, pelos inúmeros afilhados, filhos de amigos, de vizinhas e, logo em seguida, pelos seus filhos. Parecia uma “tia” mais jovem. Faço este recorte familiar, pois foi nesse ambiente, nesse espaço cooperativo que cresci. Vi estas duas mulheres negras, com pouca escolaridade, trabalhando em subempregos com jornadas de trabalho escravizantes para garantir o meu sustento e dos demais que dependiam delas.

Quando adolescente, comecei a participar do movimento de mulheres negras numa OnG e questões relacionadas à raça e gênero começaram a surgir. Ninguém,

na minha família, havia participado de movimento social. Eu fui a primeira. O conceito de família que aprendi era aquele de família tradicional brasileira. Os integrantes, nesta visão nuclear, têm papel definido: a mulher cuida da casa, dos filhos e do marido; o homem é responsável por “trazer o feijão para a casa” e os filhos estudam - embora não fosse essa a realidade em que vivíamos.

Mesmo vivendo num contexto social totalmente diferente e tendo uma composição de família não reconhecida como um núcleo familiar “estruturado”, um modelo estava em nosso imaginário. Este “sonho” em ter este modelo de família tradicional é bastante influenciado pela mídia, que mantém estes moldes em foco. Será que algum dia não seremos mais manipulados com a imposição de um único modelo familiar? Se uma criança é educada somente pela mãe, significa que ela não tem família?

A minha família não se enquadra nesse modelo tradicional constituído por mãe, pai e dois filhos. Minhas referências são unicamente mulheres negras, irmã e tia mencionadas anteriormente, entre outras que foram aparecendo em meu caminho. Cresci ouvindo – a partir da fala de uma de minhas referências - que "mulher pobre não tem tempo para ficar depressiva, pois todo dia precisa ir à luta para dar de comer aos seus". Por muito tempo tive isso como verdade, pois me faltava o conhecimento para problematizar essa frase, assim como falta para a maioria da população pobre, aonde não chegam muitas informações. Influenciada pelas vivências que tive, durante a graduação procurei voltar meu olhar para as pessoas que ficam à margem, que estão fora da escola formal, onde o aprendizado se faz presente de outras formas.

No ano de 2015 realizei um estágio não obrigatório no Centro de Atendimento Psicossocial Adulto - CAPS II, onde os usuários e as usuárias em tratamento eram pessoas com transtornos mentais graves<sup>1</sup>. Juntamente com uma equipe, fazíamos atividades terapêuticas com objetivo de (re)integração dessas pessoas na sociedade. Nessas atividades com o grupo, percebia a falta de escolarização na vida

---

<sup>1</sup> “Um transtorno mental é uma síndrome ou um padrão psicológico de significação clínica, que costuma estar associada a um mal-estar ou a uma incapacidade. Neste sentido, convém destacar que uma doença mental é uma alteração dos processos cognitivos e afetivos do desenvolvimento, que se traduz em perturbações a nível do raciocínio, do comportamento, da compreensão da realidade e da adaptação às condições da vida. É importante ter em conta que a definição de transtorno mental foi evoluindo ao longo do tempo.” FONTE: <https://conceito.de/transtorno-mental>.

delas, especialmente nas mulheres negras que, mesmo doentes, continuavam sendo as chefes de suas famílias. Cabe destacar que “as mulheres negras chefes de família historicamente têm sobrevivido com um terço ou metade da renda com a qual mulheres brancas chefes de família o fazem” (VIEIRA apud REICHMANN, 1995, p. 499). Podemos considerar que este é um dos fatores para o adoecimento destas mulheres: a falta de qualidade de vida.

Conforme consta no Dossiê Mulheres Negras de 2013, desde 2007 o número de famílias chefiadas por mulheres negras é maior do que as famílias chefiadas por mulheres brancas. Nas atividades terapêuticas que participei no CAPS II, durante o estágio, as mulheres negras relatavam a dificuldade da vida, sem saber ler e escrever, que eram enganadas em diversas situações, por exemplo, na hora de encaminhar seu auxílio saúde, pegar o ônibus ou arrumar emprego (só conseguiam faxinas esporádicas). Além disto, destacavam as situações de racismo ao serem chamadas de “nega louca” e o fato de não serem bem atendidas em alguns lugares que frequentavam. Por vezes, comecei a relacionar a vida dessas mulheres com a vida daquelas que foram referência para mim. Embora estas últimas não tivessem um diagnóstico de problemas mentais, elas passaram por situações idênticas as que as mulheres no CAPS II me relatavam.

Com estas vivências passei a questionar: quando e por que a escola deixou de fazer parte da vida dessas pessoas? Por que estas mulheres negras não frequentaram a escola quando crianças e adolescentes? Em que medida a ausência de escolarização contribuiu para o surgimento ou agravamento do transtorno mental? Qual o papel do pedagogo (a) em relação a estas pessoas que não frequentaram a escola e se encontram em outros espaços de ensino e aprendizagem? Inicialmente, pensei em focar o meu TCC nestas questões, mas pela impossibilidade de obter a autorização para realizar a pesquisa no prazo que tinha, fomos reorganizando o foco da pesquisa.

Considerando minha trajetória pessoal, a proximidade das histórias das mulheres negras com as quais convivi e por ser eu uma mulher negra, neste trabalho, objetivei compreender, a partir da autobiografia,

*Como a minha vivência como mulher negra e com mulheres negras, reflete na formação docente?*

Para a escrita deste trabalho de conclusão de curso realizei uma pesquisa, com abordagem autobiográfica, sobre minha trajetória de formação como educadora negra. Conforme Elizeu Clementino de Souza (2007) “a narrativa (auto) biográfica – ou, mais especificamente, o relato de formação – oferece um terreno de implicação e compreensão dos modos como se concebe o passado, o presente e, de forma singular, as dimensões experienciais da memória de escolarização e de formação” (p.171). Reflito sobre minha trajetória escolar, minha participação em movimentos sociais e sobre o período de estágio não curricular na área da Saúde. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa, no campo da Educação. Conforme Arilda Schmidt Godoy (1995, p. 62) “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural [...] valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada” – o que me proponho diante da minha própria trajetória.

Como já relatado, durante o processo de escrita deste trabalho, a proposta inicial foi modificada. A primeira ideia era realizar entrevistas com três mulheres negras que apresentavam algum transtorno mental e que estavam em tratamento no Centro de Atendimento Psicossocial Adulto - CAPS II – no qual realizei estágio não curricular. Contudo, não foi possível realizar as entrevistas porque a Comissão de Bioética da instituição não daria um retorno sobre o Termo de Consentimento em tempo hábil para a sua realização, tendo em vista que havia um prazo de entrega deste trabalho de conclusão, que devia ser respeitado. Então, a proposta de pesquisa foi modificada alterando-se para uma pesquisa autobiográfica. Souza (2008) considera que “a discussão sobre Pesquisa Autobiografia, Histórias de vida e História da Educação tem possibilitado ampliar as questões teórico-metodológicas” (p.59) da investigação científica, sendo este, um dos argumentos para justificar a relevância deste trabalho, que aborda através de uma narrativa (auto)biográfica questões da formação docente, a partir da trajetória de vida de uma mulher negra. Anteriormente, como já expressei, minha ideia inicial era analisar se a falta de escolarização das mulheres negras contribui/contribuiu para o surgimento ou

agravamento do transtorno mental. Percebia, também, uma ausência de discussão sobre a atuação de pedagogas no campo da saúde. Contudo, mesmo com a mudança de foco, penso ser oportuno refletir sobre algumas destas questões, já que esta vivência no CAPS II faz parte da minha história.

Neste Centro, durante as atividades de integração e socialização entre as pessoas e os espaços públicos, os apontamentos das mulheres negras, me chamavam a atenção. Primeiramente porque não eram relatos novos. Tratava-se de falas recorrentes em mulheres negras de diferentes gerações, tendo em comum entre essas mulheres, seu pertencimento aos grupos populares. Chamou-me a atenção porque eram apontamentos também feitos na minha família. Cresci ouvindo relatos de discriminação sofridos por mulheres negras idosas e, as quais eram situações que eu também tinha sofrido, se não iguais, com muita semelhança, em relação à questão racial. Por exemplo, comprar roupas em “shopping popular” porque o atendimento era “melhor”. Como digerir tais situações de discriminação e seguir a vida? Certamente não são digeríveis. Ficam pelo nosso corpo causando um mal estar e adoecimento, o que presenciei a partir da convivência com as usuárias do CAPS II. Elas, muitas vezes, relatavam situações de discriminação que sofriam desde sua infância, por serem negras. Depois, quando adultas, por serem negras com transtornos mentais, ou seja, mulheres negras e loucas. Então comecei a refletir sobre como os fatores sociais influenciavam na formação intelectual e social destas pessoas, em específico, as mulheres negras que sofrem diariamente com a discriminação de gênero, cor/raça e classe, o que ocasiona o surgimento de doença mental e/ou física. Por isso, acredito ser necessário uma análise mais teórica sobre as histórias de vida das mulheres negras e seus processos identitários – incluindo-me neste processo.

Quando ingressei na universidade já sabia que não desejava lecionar na Educação Infantil. Embora o curso de Pedagogia da UFRGS seja voltado para essa etapa de ensino<sup>2</sup>, não é a área que me identifico. Por conta do contexto social em que vivo e por acreditar que não é suficiente o investimento apenas nas crianças para uma perspectiva de futuro melhor, também considero que os jovens e adultos precisam ter uma vida digna e com qualidade. Se uma pessoa não teve acesso à

---

<sup>2</sup> Percepção de estudante.

escola na infância e/ou na adolescência é preciso que na fase adulta esse direito seja reparado. Foi com esse olhar que cursei a graduação realizando, inclusive, estágio curricular na modalidade EJA.

Como integrante de Maria Mulher Organização de Mulheres Negras, que luta pelos direitos das mulheres e, em especial, neste recorte étnico, mantive meu olhar também para esta população que fica à margem, sem perspectiva de vida melhor. Conforme Jurema Werneck (2000) "nossos passos vem de longe". A luta das mulheres negras é histórica. Muitas lutaram para que outras mulheres negras estejam lutando hoje.

Ao mesmo tempo em que cada mulher negra brasileira tem sua vivência pessoal, há semelhanças em nossas histórias de vida. Há quem diga que é uma das heranças da escravidão. Conforme Angela Davis (2016), "as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão" (p.24). "Um grande desafio para a pesquisa em educação é atentar para essas questões" (CUNHA, 2015), que ainda interferem na vida da população negra, pois "se o projeto de sociedade que professoras e professores visam a fortalecer com o ensino que oferecem não admitir equidade social, certamente lhes faltará empenho para reeducar relações étnico-raciais" (SILVA, 2015, p.171).

Neste trabalho, proponho uma reflexão mais aprofundada sobre questões recorrentes de discriminação/superação, presentes nas histórias de vida de mulheres negras, iniciando pela minha autobiografia. Refletir sobre estas questões que influenciam no desempenho escolar, profissional e no convívio social, deste grupo específico de mulheres, contribui para que sejam traçadas estratégias de como nós, professoras negras, podemos iniciar uma intervenção nessas histórias para que ocorra uma mudança desde a pré-escola.

Fatos da minha trajetória de vida, levam a pensar todos os dias nas condições em que as meninas, adolescentes e mulheres negras vivem, mesmo que eu tenha "quebrado o ciclo" de subemprego, até então presente na minha família. Noto também que, conseqüentemente, meu exemplo possibilitou que minha

sobrinha seguisse pelo mesmo caminho, pois também ingressou na universidade. Contudo, a discriminação não cessa pelo ingresso...

## 2. RITUAIS ESCOLARES: "Nossos passos vem de longe"

Minha escolarização foi regular. Entrei na Educação Infantil aos seis anos de idade em uma escola pública na rede municipal de Porto Alegre. Já neste início de escolarização, percebi um primeiro ato de discriminação racial: preferi brincar com as colegas brancas e não com uma colega que tinha o tom de pele mais escura que a minha. Não lembro o que falei para ela, mas lembro da imagem em que eu e as colegas brancas falávamos alguma coisa para a colega negra que saiu de perto e ficava observando sozinha de longe, enquanto nós brincávamos, em grupo, no pátio da escola. Pinho e Santos (2014) ressaltam que é

Interessante que a escola, como lugar do saber científico, não estranha o preconceito e a discriminação racial que ocorre no seu cotidiano, parece que a solidão da criança negra decorre de uma suposta inabilidade de brincar, ter contatos, sorrir, se alegrar. Ao individualizar uma questão que é social, não se busca a compreensão de uma perspectiva de corresponsabilidade, mas de acomodação de violências e desumanização da criança negra. (p. 91)

Tenho lembranças de outros atos como este relacionados a esta menina, porém não lembro da professora, em algum momento, intervir nas situações de discriminação. Simão (2005 apud SILVA, 2015, p. 177) considera que as crianças negras e não negras, na escola básica, se dão conta do sofrimento que causa as agressões e a discriminação racista. "Algumas reconhecem o que está errado, mas não sabem o que fazer para corrigir, sentem-se sós, pois, os adultos - pais e professores -  *fingem não ver e não dizem nada*" (SIMÃO apud SILVA, 2015, p.177). Não aprendi em casa a discriminação racial, mas também não sei dizer onde aprendi. É algo tão subjetivo e presente nas relações sociais que se torna, talvez, uma reprodução automática. Penso que quando fiz a escolha de brincar com as meninas brancas, estava fazendo um juízo de valor porque as meninas brancas estavam sempre em grupo, eram vistas como amáveis, "umas bonequinhas" que todo mundo gostava. Um reconhecimento que, principalmente as crianças, querem ter neste momento que estão saindo do núcleo familiar e convivendo em outros espaços. Diante disso, Petronilha Silva (2015) questiona

Como professores, posicionamo-nos diante deste quadro? Que propostas já temos? Que outras precisamos construir? Somos capazes de abandonar, desconstruir pedagogias que visam assimilar todas as crianças a uma visão de mundo eurocêntrica? Temos condições de avaliar o quanto nossos gestos e olhares ensinam? Sentimo-nos encorajados a criar materiais de



ensino que promovam o fortalecimento étnico-racial das crianças negras? Como as mais variadas atividades escolares podem valorizar sua negritude? Como podemos construir condutas de acolhimento em contraposição a de rejeições? Que responsabilidade temos para construção de aprendizagens e da felicidade de nossos alunos? (p.181-182)

Perguntas que professores(as) deveriam se fazer todos dias e se desafiar a mudar estas realidades, através da escola. De acordo com Eliana Oliveira (2008) "o racismo é a maior causa dos problemas educacionais dos alunos negros. A escola pode e deve desempenhar um papel decisivo no sentido de eliminar o racismo institucional" (p.31) – o que exige comprometimento.

Nas séries iniciais, mais precisamente na antiga terceira série, eu conheci a discriminação - aquela que eu tinha exercido sobre a colega na Educação Infantil. Era minha vez de sentir na pele e por causa da pele, o que era ser discriminada por um colega negro, que tinha o tom de pele mais claro. Nesses rituais de escola, onde a professora fazia o espelho de classe<sup>3</sup> fiquei sentada ao lado deste colega negro, mas sempre que ele podia, me dizia para não me encostar nele porque eu iria "sujá-lo". Demorei muito tempo para entender o que ele queria dizer com isso. Acho que demorei anos para entender o porquê dele desencostar a classe dele da minha todos os dias. Ferreira e Camargo (2011), salientam que

Um dos lugares fundamentais para a construção da identidade do indivíduo desde a infância é a escola. Infelizmente, é também um dos lugares em que o preconceito e a discriminação são também desenvolvidos e alimentados, pois reflete os processos sociais da sociedade em que o indivíduo está inserido. (p.378)

Como essa situação se repetia, eu achava que quem tinha um problema era eu. Por isso, não nutria nenhum sentimento ruim em relação a este colega e até ficava feliz quando, por obrigação, ele fazia algum trabalho comigo. Faz parte dos rituais da escola os trabalhos em duplas e grupos, isto não é um problema. Torna-se um problema quando professores não conhecem os alunos suficientemente e os colocam para fazer trabalhos juntos. Conforme a situação acima relatada, embora a discriminada (eu) ficasse feliz por ver o trabalho em grupo como uma oportunidade de mostrar sua capacidade/habilidade e conhecimento para o colega, isto também era uma oportunidade para que fosse oprimida pelas manifestações racistas.

---

<sup>3</sup> Espelho de classe – o "espelho de classe", amplamente utilizado nas escolas, serve para identificar e romper vínculos indesejáveis entre os alunos, como forma de fortalecer a disciplina

Outro ritual das escolas, que interferem nas imagens que as crianças tem sobre si e que podemos observar um processo de branqueamento, são as diferentes lembranças escolares. Talvez as mais evidentes sejam àquelas em forma de fotografias. Em uma das minhas lembranças escolares, estou “fantasiada” com uma roupa utilizada por mulheres brancas de classe média em séculos anteriores, momento em que os negros ainda eram vistos/tratados como escravos, sendo este um traje almejado pelas mulheres negras para ter visibilidade de condições melhores. A roupa com a qual fui vestida, representativa de um grupo específico de mulheres, no ano de 1997, ilustra uma lembrança escolar numa escola pública de Porto Alegre, localizada na periferia da cidade e onde há maior concentração da população negra. Podemos pensar em alguns processos que acontecem nesta foto: o primeiro é o processo de branqueamento. Significa vestir uma criança negra com a representação de uma roupa que era usada por pessoas brancas, de uma elite econômica. O outro relaciona-se aos processos identitários. Busca apagar/desviar a sua origem, escondendo a sua ancestralidade, suprimindo a sua história. Mesmo que nesta foto haja um avanço da lógica das lembranças escolares no período de Ditadura Militar (fotos ao lado da Bandeira do Brasil e de um Globo), outras questões podem surgir com esta nova imagem.



*Figura 1 - Lembrança escolar (Arquivo pessoal)*

Entendo que há rituais escolares que são discriminatórios e que são reproduzidos nas escolas ano a ano, compactuando com as situações de discriminação. Os(as) professores(as), usando de sua autoridade, organizam atividades pensando em como fazer seu trabalho da melhor forma, nem sempre observando que a turma tem suas especificidades. Assim, muitas vezes, acabam por não respeitar as diferenças dos alunos, oportunizando a disseminação de preconceitos. Segundo Nilma Lino Gomes (2002)

[...] a própria estrutura da escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui os alunos e as alunas negros e pobres. Essa exclusão concretiza-se de maneiras diversas: por meio da forma como alunos e alunas negros são tratados; pela ausência, ou pela presença superficial, da discussão da questão racial no interior da escola; pela não existência dessa discussão nos cursos e centros de formação de professores/as; pela baixa expectativa dos professores/as em relação a esse/a aluno/a; pela desconsideração de que o tempo de trabalho já faz parte da vida do/a aluno/a negro/a e pobre; pela exigência de ritmos médios de aprendizagem, que elegem um padrão ideal de aluno a ser seguido por todos, a partir de critérios ditados pela classe média branca, pelo mercado e pelo vestibular, sem considerar a produção individual do aluno e da aluna negra, assim como de alunos de outros segmentos étnico/raciais. (GOMES, 2002, p.41)

Já no final do ensino fundamental o “problema” era o meu cabelo. Esta característica pessoal, geralmente é motivo de piadas, preconceitos e discriminações nas mulheres negras. Sendo este tema atual, em 2015, a Marcha do Orgulho Crespo mobilizou milhares de pessoas inspirando as mulheres do país e do mundo a repensarem os padrões de beleza impostos, além de fomentar reflexões sobre racismo e empoderamento negro. Tinha como objetivo, segundo consta na página de *internet* do movimento *Orgulho Crespo* “que nossos cabelos crespos sejam símbolo de luta e estimulem a articulação de outras pautas que visem corrigir desigualdades [...], evitando que injustiças ocorram por causa da estética”. Injustiças que muito ocorrem nas escolas.

Lembro-me da professora de Educação Física olhando a cabeça das meninas da turma para ver se tinham piolhos, porém, ela só distribuía remédio de piolho para as meninas negras, ou seja, eu e mais metade da turma. Será que as meninas brancas não tinham piolhos? Existe uma anedota popular que diz que "só quem tem sangue doce é que tem bastante piolho". Ao contrário do que pensava a professora

sobre mim, sempre tive bastante cabelo e crespo, mas não tinha piolhos. Seja por não ter "sangue doce" (como diz a crença popular) ou por outra razão, sua ideia estava equivocada. Ao final do Ensino Fundamental eu já entendia o que era discriminação - diferentemente das outras situações que demorei a entender o que estava acontecendo. Este entendimento não me poupou de passar pela situação de constrangimento, que era repetida pela professora de Educação Física num determinado período do mês. Fui encontrando estratégias para não passar pela situação vexatória. Passei a não deixar a professora mexer no meu cabelo, pedindo o remédio antes (embora às vezes não precisasse) e dizendo que, quando chegasse em casa, já colocaria. Isto aprendi com uma colega negra.

As escolas, segundo Silva (2015)

[...] podem favorecer relações de dominação, atualizar racismos, discriminações entre grupos e pessoas, como podem, se houver sincero empenho para tanto, reeducar no sentido do respeito, reconhecimento, valorização, convívio construtivo [...] será preciso que todos reconheçam e desconstruam os preconceitos que privilegiam pessoas pelo simples fato de serem brancas e desfavorecem outras, notadamente as negras. (p.169-170)

As situações de discriminação seja por gênero, cor/raça, orientação sexual, religião entre outras, estão presentes cotidianamente. Contudo, os grupos se organizam historicamente para lutar contra este desrespeito e pelos seus direitos: os chamados movimentos sociais. Em 2015, houve a *Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver* que tinha como objetivo, segundo seu manifesto, "visibilizar a incidência do racismo e do sexismo em nossas vidas, assim como as nossas estratégias de futuro e afirmar que a continuidade de nossa comunidade, da cultura e dos nossos saberes se deve única e exclusivamente, a nós, mulheres negras". Movimentos como este precisam ser acolhidos pelas escolas para haver um diálogo entre a sociedade e a comunidade escolar, a fim de ampliar os saberes escolares, com o objetivo de contribuir nos processos identitários de estudantes negros e não-negros na luta antirracista.

### 3. “OLHOS D’AGUA”: Autorretrato das mulheres negras

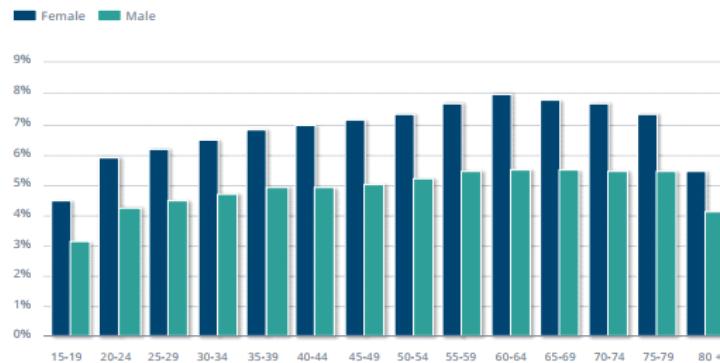
Como este trabalho é motivado a partir de uma autobiografia, a experiência que trago agora é de minha atuação como estagiária na área da saúde mental. Durante dois anos (2015 – 2017) fui estagiária no CAPS II, onde planejava/executava atividades para usuários(as) com transtorno mental que estavam em tratamento. Embora fosse um espaço de saúde, os profissionais da área de educação eram responsáveis pelas atividades pedagógicas e, assim, eu conseguia executar uma prática pedagógica construída junto ao curso de Pedagogia.

De acordo com a Organização Mundial Saúde (OMS), “saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade”<sup>4</sup>. Desde a infância, lembro-me que existe um protocolo médico a ser seguido, com o objetivo de cuidar da saúde: vacinas, exames de sangue, urina, cardíaco, respiratório e tantos mais que focam no físico, deixando de lado o nosso lado emocional, a saúde mental. Corroborando esta ideia, segundo a OMS, no início do ano de 2015 “havia 322 milhões de pessoas vivendo com depressão no mundo, sendo esse o transtorno mental predominante. A prevalência é maior entre as mulheres”. Conforme demonstra o último relatório desta Organização, as “mulheres são mais afetadas (em média 5,1%) que homens (3,6%), variando por região e por idade [...] o pico da depressão ocorre na idade adulta, afetando, em média, 7,5% das mulheres entre 55 e 74 anos e 5,5% dos homens na mesma faixa etária”. Como pode-se observar no gráfico presente neste relatório:

---

<sup>4</sup> <https://pensesus.fiocruz.br/saude-mental>

**Global prevalence of depressive disorders, by age and sex (%)**



Source: Global Burden of Disease Study 2015 (<http://ghdx.healthdata.org/gbd-results-tool>)  
Regional data shown are age-standardized estimates.

Conforme o Caderno de Atenção Básica nº 34, que trata da Saúde Mental:

A atual política de saúde mental brasileira é resultado da mobilização de usuários, familiares e trabalhadores da Saúde iniciada na década de 1980 com o objetivo de mudar a realidade dos manicômios onde viviam mais de 100 mil pessoas com transtornos mentais [...] Ainda na década de 1980, experiências municipais iniciaram a desinstitucionalização de moradores de manicômios criando serviços de atenção psicossocial para realizar a (re)inserção de usuários em seus territórios existenciais. (2013, p.21)

No ano de 2001 foi aprovada a Lei Federal 10.216 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

A partir desta lei surge a Política de Saúde Mental que visa garantir o cuidado ao paciente com transtorno mental em serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, superando assim a lógica das internações de longa permanência que tratam o paciente isolando-o do convívio com a família e com a sociedade como um todo. Institui-se a Rede de Atenção Psicossocial.

Conforme a Revista Saúde Mental no SUS (2004)

Os CAPS - Centro de Atenção psicossocial são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu "território", o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares. Os CAPS constituem a principal estratégia do processo da reforma psiquiátrica. (p. 9)

Os CAPS I e CAPS II, em Porto Alegre, "são centros para atendimento diário de adultos, em sua população de abrangência, com transtornos mentais severos e

persistentes” (p.22)<sup>5</sup>. O CAPS II – Adulto (Centro de Apoio Psicossocial) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre é um espaço de “atendimento (clínico e de reinserção social) pelo acesso ao trabalho, lazer, cultura, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários”<sup>6</sup>. Este serviço é realizado por profissionais de diversas áreas (medicina, enfermagem, psicologia, nutrição, serviço social, etc). Dentre eles há, também, o Setor de Educação Física e Terapia Ocupacional, no qual atuei como estagiária do Curso de Pedagogia. Com uma equipe multiprofissional é possível de serem realizadas trocas de saberes entre as áreas e, também, um atendimento mais qualificado e completo para os usuários do Centro.

Em relação aos sujeitos atendidos pelo CAPS II Adulto, me deparei com novos desafios às especificidades da prática pedagógica no ambiente hospitalar, considerando que os usuários são jovens e adultos que vivem no seu cotidiano a exclusão social, devido à doença, lugar onde moram, à idade, ao gênero e à raça. Esse público possui especificidades que devem ser consideradas no planejamento didático-pedagógico, como forma de contribuir para a garantia do seu direito de receber um atendimento de qualidade.

No estágio que realizei, a equipe multidisciplinar organizava um plano terapêutico singular (PTS) juntamente com o usuário e seus familiares. Segundo consta no Caderno de Atenção Básica nº 34

O PTS pode ser definido como uma estratégia de cuidado que articula um conjunto de ações resultantes da discussão e da construção coletiva de uma equipe multidisciplinar e leva em conta as necessidades, as expectativas, as crenças e o contexto social da pessoa ou do coletivo para o qual está dirigido. (p. 55, 2013)

O PTS de cada usuário era pensado dentro das atividades que o CAPS dispunha. As atividades eram apresentadas para o usuário para que conjuntamente fosse escolhido o que gostaria de fazer para, assim, haver uma melhor participação nas atividades, cumprindo seu plano terapêutico. Eram previstas atividades físicas como caminhadas pelo bairro e exercícios físicos nas praças públicas, vôlei, futebol e tênis em espaços destinados. No prédio do CAPS aconteciam atividades como: a

---

<sup>5</sup> Revista Saúde Mental no SUS

<sup>6</sup> Conforme site do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

produção de um Jornal onde cada usuário era responsável por alguma parte (registro de atividades do mês, aniversariantes, receitas, piadas, notícias sobre lançamentos de filmes, curiosidades, horóscopo). Havia oficinas de higiene visando os cuidados com o corpo, música e terapia em grupo, culinária, biblioteca, artes, entre outras que não eram fixas, as quais os usuários demonstravam interesse ou sugeriam. Também eram programados passeios em lugares da cidade como museus, shoppings e cinema. No verão, eram frequentadas praias ou piscinas públicas. Já no inverno, a cidade de Gramado era incluída no roteiro. Enfim, atividades de cultura e lazer com o objetivo de integrar os usuários aos diferentes contextos. Essa diversidade de atividades possibilitava que os profissionais conhecessem melhor os usuários e, assim, eram feitas atividades que achavam mais coerentes para cada momento. Durante estas atividades externas, os usuários(as) apresentavam mais resistência em participar, pois não se sentiam pertencentes a estes espaços. Isto ocorria, em especial, com as mulheres negras. Elas não apareciam no CAPS II no dia da atividade e, no dia seguinte, diziam que "tinham esquecido" ou "que não estavam se sentindo bem". Contudo, depois de passado um determinado tempo assumiam que "não tinham roupa adequada para ir naquele lugar" ou "que todo mundo ia ficar olhando diferente" para elas. Sendo assim,

A sua exclusão [dos negros e negras] do processo produtivo, após a abolição, promoveu uma situação social na qual foram reforçados estigmas e estereótipos tais como: "incompetentes, preguiçosos e indolentes, malandros, sujos, marginais...". Essas representações, mediadoras das relações interétnicoraciais, mantêm e reproduzem o racismo. Os sentimentos de inferioridade e de não pertencimento à categoria de humanos – nefastos efeitos do racismo – são responsáveis pelo acometimento à saúde psíquica da população negra. (Instituto AMMA, 2008, p. 9)

Por isso, considero a importância da realização de atividades externas. É preciso usufruir dos espaços que são historicamente negados e que são direito de todos os cidadãos. As instituições de ensino têm o dever de proporcionar este momento de pertencimento social.

Nas atividades internas, trabalhávamos com diferentes temáticas. Numa das atividades, discutimos a "Identidade". Tínhamos como objetivo proporcionar momentos de reflexão sobre as histórias de vidas dos usuários, a fim de possibilitar a afirmação e valorização de sua identidade, elevar a autoestima e reconhecer-se como sujeito de sua história nos grupos sociais ao quais pertence. Conforme Nogueira (2008)



Auto-estima (*sic*) [...] é um valor individual e coletivo que tem a ver com o modo pelo qual alguém ou algum grupo se vê, sendo, portanto, um sentimento necessário à saúde física, mental e emocional que varia de acordo com a influência externa. O processo de construção da auto-estima (*sic*) envolve amor, identidade, respeito, positividade, valorização e sentir-se sujeito (p. 39)

Os usuários confeccionaram um livro contando a sua história, que foi produzido artesanalmente com folhas de papel reciclado, feito pelos usuários numa oficina externa. O livro tinha por objetivo aglutinar elementos que expressassem a identidade de cada um. Havia muitos momentos de sensibilização para que os usuários se sentissem à vontade para contar sua história de vida, as quais seriam apresentadas em uma exposição. Foi realizado um trabalho em equipe para ter esse cuidado com o momento e com a história de cada um. Um pouco da história de vida de cada sujeito foi contado página por página através de memórias e pesquisas junto às famílias. Continha prefácio, origem do nome, naturalidade, contexto social em que vivia... A atividade, que durou alguns meses até chegar à conclusão com a exposição, motivou o preparo de um convite aos familiares, também confeccionado pelos usuários.

Uma reflexão a destacar, a respeito deste contexto que vivenciei como estudante de Pedagogia em um CAPS, é sobre a falta de escolarização dos usuários(as) com transtorno mental, em especial, entre as mulheres (negras e não negras). Estas, justificavam o fato de não terem estudado, pela necessidade que tinham de cuidar da casa e dos irmãos. Por não saberem escrever, resistiam em participar das atividades de escrita, tinham vergonha.

Uma das atividades deste projeto sobre a “Identidade” era a de fazer seu autorretrato, o qual foi pensado a partir das histórias contadas pelos usuários em conversas informais fora das atividades. Em sua maioria, as conversas eram sob a perspectiva da desvalorização, da inferioridade e da baixa autoestima dos educandos. Então, a atividade também tinha o intuito de contribuir para a transformação dessas visões que eles tinham sobre si mesmos.

Sobre a atividade dos autorretratos quero destacar a participação das mulheres negras, em especial, de uma delas. Parafraseando Simone de Beauvoir,

Lélia Gonzalez<sup>7</sup> destacou que “[...] *a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista*”.

O objetivo da atividade também foi propor o autoconhecimento, a autoadmiração, a autoaceitação e a valorização de suas singularidades. Durante a elaboração do autorretrato, uma usuária, mulher negra, deixou seu trabalho inacabado. Não quis terminar sua obra porque não estava gostando de sua imagem. Algumas vezes disse: “Eu sou muito feia”, ao invés de dizer “eu não sei desenhar” como justificativa de pouca escolarização ou pouca prática/habilidade. Ela demonstrou um sentimento de inferioridade e baixa autoestima - “A auto-estima (sic) é um sentimento que alguém é capaz de nutrir por si mesmo. É o reconhecimento e a valorização das próprias qualidades e atributos físicos, mentais, intelectuais etc” (NOGUEIRA, 2008, p. 39) - que se confirmou nos dias seguintes da atividade, pois, passou por um processo de alisamento dos seus cabelos. Gomes (2002) destaca que “o cabelo não deixa de ser uma forte marca identitária e, em algumas situações, continua sendo visto como marca de inferioridade” (p.2). Não foi só por causa do cabelo que ela estava se vendo feia, mas também por sua cor e feições. Sobre isto a mesma autora também salienta “o importante papel desempenhado pela dupla cabelo e cor da pele na construção da identidade negra e a importância destes, sobretudo do cabelo, na maneira como o negro se vê e é visto pelo outro” (p.2) se torna essencial. Embora os espaços escolares e não-escolares tenham se interessado (nos últimos anos) em articular educação, cultura e relações sociais

[...] ainda [...] nos falta equacionar alguns aspectos e compreender as muitas nuances que envolvem a questão racial [...] destacando os mitos, as representações e os valores, em suma, as formas simbólicas por meio das quais homens e mulheres, crianças, jovens e adultos negros constroem a sua identidade. (GOMES, 2002, p.40)

As vivências de mulheres negras as conduzem a ter a autoestima baixa. Demoram muito para aprender a gostar de si, do seu corpo, dos seus traços, suas formas arredondadas, da sua cor e do seu cabelo. O cabelo torna-se a mais significativa mudança, pois sendo liso, é reconhecido como um “cabelo bom”. Então, muitas vezes, nem aprendem a se gostar, passando por alguns processos dolorosos de estética para que se aproximem (ou pensem que se aproximam) de

---

<sup>7</sup> RIOS, Flávia, RATTI, Alex. Tornar-se negra, intelectual e ativista: percursos de Lélia Gonzalez. Disponível em: <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/tornar-se-negra-intelectual-e-ativista-percursos-de-lelia-gonzalez/>

um padrão de beleza que é branco. Essa “rejeição” do seu fenótipo é construída socialmente, quando um padrão de beleza é estabelecido. Padrão este que vem mudando durante os séculos, mas que nunca contemplou as mulheres negras.

## 4. ATUALIDADES DAS VIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS

Seguindo os contextos que escolhi para abordar neste trabalho autobiográfico, passo a tratar de questões relativas à identidade étnicorracial brasileira. Trago alguns dados, porque são motivadores de minhas ações como militante e estudante, além de nos ajudarem a perceber as injustiças e as desigualdades.

Segundo dados do IBGE, os negros (incluindo os pretos e os pardos) são maioria na população brasileira<sup>8</sup>. Pensando só neste dado, algumas estatísticas que incluem esta população, deveriam ser diferentes. Deveríamos ter mais Governadores negros, mas conforme a Folha de São Paulo<sup>9</sup>, em 2014, nenhum governador negro/pardo foi eleito. Nos Conselhos Estaduais de Medicina, também inexistia presidentes negros. Nas vinte maiores empresas brasileiras, em 2014, também não havia nenhum negro/pardo compondo a presidência destas organizações.

Ao contrário de uma visibilidade positiva e inclusiva, diariamente somos seguidos no supermercado, em lojas, nos shoppings, no comércio em geral por acharem que em sendo negra(o), somos potencialmente suspeitas(os). Também por causa dessa discriminação racial, homens e mulheres negras não são encontrados em grandes empresas em cargos de destaque, como observamos nas informações acima. Assim como não estamos nas capas de revistas, nos personagens centrais dos livros, nas novelas e nos filmes como protagonistas. Estamos como empregadas domésticas, motoristas, feirantes, usuário de drogas, chefes do tráfico... Personagens que passam despercebidos se não estão fazendo papel de malvado/ruim ou de comediantes como "burros" ou ridículos nos programas televisivos. Também são poucos os professores, médicos e juizes negros e negras. Então fica uma dúvida: onde estará esta maioria populacional?

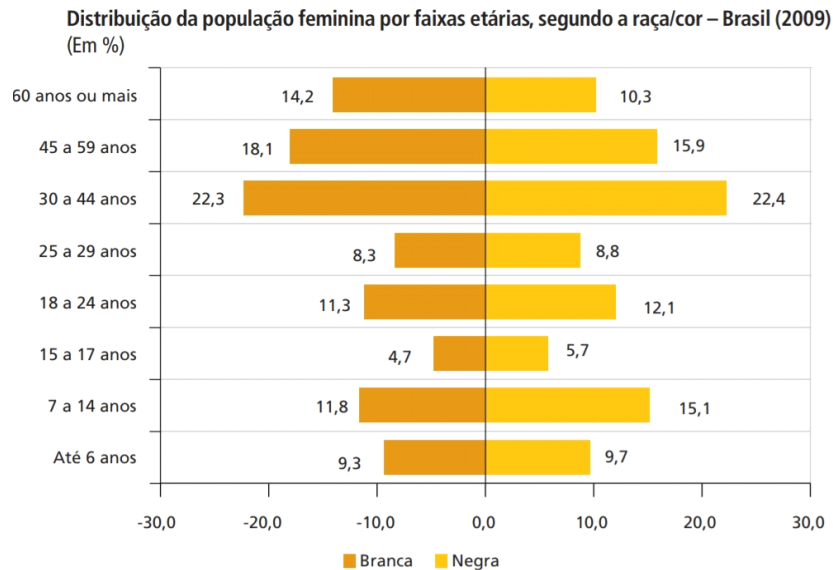
Quando se trata da população feminina, segundo consta no Dossiê Mulheres Negras (2013, p.19), partindo da pesquisa do IPEA em 2009, do total de mulheres

---

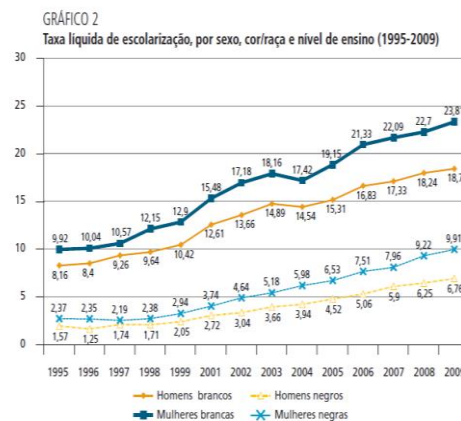
<sup>8</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-11/populacao-brasileira-e-formada-basicamente-de-pardos-e-brancos-mostra-ibge>

<sup>9</sup> <http://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-no-brasil/negros/com-metade-da-populacao-negros-sao-so-18-em-cargos-de-destaque-no-brasil.shtml>

do país, 50% eram negras e 49,3% eram brancas. Como podemos ver no gráfico abaixo:



Onde estão estas mulheres negras? Como elas vivem? Quais suas profissões? E sua escolarização? Infelizmente as respostas não são animadoras. Respondendo a estas perguntas, os dados apontam que muitas dessas mulheres estão em serviços informais; que elas vivem em condições precárias nas periferias sem saneamento básico, sem acesso à saúde, à educação e ao lazer; onde, não possuem especialização em suas profissões, pois assumem todas as possíveis porque não costumam “escolher” o emprego. Trabalham onde há vagas e priorizam a escolaridade dos filhos, em detrimento da sua. No Brasil, ainda há um número significativo de mulheres negras que são analfabetas. Conforme o gráfico abaixo (2013), pode-se observar a desigualdade de escolarização por sexo, raça/cor entre 1995 e 2009.



Conforme o gráfico, mulheres brancas possuem mais escolaridade, seguidas pelos homens brancos. Depois vêm as mulheres negras e, por último, os homens negros. A partir do gráfico podemos inferir que a prioridade que as mulheres negras estão dando a educação dos seus filhos parece não ser significativa para a mudança, pois ainda são as mulheres e homens negros quem tem menos escolaridade. Seria injusto e cruel com as mães negras dizer que elas não estão investindo na escolarização de seus filhos, quando, na verdade, há um sistema escolar discriminatório, onde uns tem mais privilégios que outros. Estudar, no Brasil, torna-se um privilégio, quando deveria ser um direito. Quando não se tem este “privilégio”, a vida fica mais difícil, embora algumas pessoas que o tem, também sofram com algumas injustiças e malvadezas.

Como forma de complemento da formação acadêmica e para o crescimento pessoal, participar de atividades que promovam a discussão sobre o contexto atual, torna-se relevante para que haja a articulação entre teoria e prática, mas também para buscar uma compreensão da sociedade em que estamos vivendo e pensar estratégias para melhorar o futuro. Durante a minha graduação, em uma das atividades complementares que fui participar, o tema era "o empoderamento de mulheres". Lá estavam mulheres de diferentes contextos sociais relatando como lidaram com a discriminação ou violência sofridas. Havia uma menina branca, que se dizia empoderada por ter superado a violência sexual sofrida e por conseguir estar ali relatando para outras jovens mulheres, sua história. Tinha, conforme disse, o intuito de reforçar a importância de ir procurar ajuda dos órgãos públicos, das organizações, da família para não sofrer sozinha e não se sentir culpada pelo ocorrido. Relatou ter entrado para as estatísticas de jovens que passaram por uma situação de abuso sexual. Importante esses espaços de discussão e formação, pois fortalecem para luta contra esses abusos em qualquer espaço onde estejam meninas e mulheres. É por este motivo que indiretamente faço parte desta estatística, pois quando uma jovem é abusada, todas somos, não fisicamente, mas socialmente. A violência sexual é um problema de saúde pública e, diariamente, mulheres são violentadas<sup>10</sup>. No entanto, faço parte de outras estatísticas. A primeira é que nasci órfã de pai, mas não por ele ter morrido e sim por ter sumido, realidade

---

<sup>10</sup> O Brasil registrou 49.497 ocorrências de estupro em 2016. FONTE: [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/INFOGRAFICO\\_ANUARIO\\_11\\_2017\\_Retificado\\_15-12.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/INFOGRAFICO_ANUARIO_11_2017_Retificado_15-12.pdf)

que é vivenciada por milhares de crianças brasileiras<sup>11</sup>. Seguindo as estatísticas, não gostaria de minimizar o sofrimento desta menina branca. Seu exemplo me chamou a atenção pela forma como expressou "que tinha entrado para uma estatística". Se é através de números que vemos a dimensão das desigualdades do mundo, enquanto uma menina branca, da mesma idade que eu, estava chocada por fazer parte de "uma estatística", eu poderia, sem esforço algum, citar várias estatísticas das quais faço parte. Sou negra, filha de mãe solteira, órfã aos seis anos de idade, moradora de uma comunidade onde o tráfico de drogas educa e mata muita gente, principalmente os jovens negros (aqueles que estão nos índices de pouca escolaridade). Jovens que ficam à mercê do tráfico por estarem fora da escola. No meu caso, fui acolhida pelo movimento social através de projetos sociais que existiam na minha comunidade. Onde pude me conhecer e construir uma identidade de mulher negra, jovem e periférica. Compreendo que a militância passa pela autodeclaração enquanto negra. Isto ocorre em um processo longo e dolorido, pois conforme Nilma Lino Gomes (2002)

A identidade negra é também uma construção política. Por isso, ela não pode ser vista de forma idealizada ou romantizada. O que isso significa? Significa que, no contexto das relações de poder e dominação vividas historicamente pelos negros, no Brasil e na diáspora, a construção de elos simbólicos vinculados à uma matriz cultural africana tornou-se um imperativo na trajetória de vida e política dos(as) negros(as) brasileiros(as). Ser negro e afirmar-se negro, no Brasil, não se limita à cor da pele. É uma postura política. É importante que os educadores e as educadoras negros(as) e brancos(as) compreendam a radicalidade desse processo. (p. 3)

Minha inserção na militância aconteceu bem cedo, na adolescência, mesmo sem saber o que era um movimento social e o quanto isso mudaria a minha vida e da minha família. Morando com uma irmã, comecei a fazer um curso de papel reciclado na OnG Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras, situada na minha comunidade. Para minha família era só um lugar para eu não ficar em casa ou perambulando, pois um curso de papel reciclado não é o almejado, por não ser profissionalizante. Em suma, não viraria emprego e nem, por meio dele, seria possível ganhar um bom dinheiro. Então, sua função era destinada à ocupação do turno inverso à escola, reduzindo o tempo ocioso que me exporia, ainda mais, às vulnerabilidades presentes. Para mim, também era um lugar onde eu ficaria as

---

<sup>11</sup> No Brasil, em 2011, havia 5,5 milhões de crianças sem pai no registro de nascimento. FONTE: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro/>

tardes e que não na minha própria casa onde eu deveria ficar organizando, limpando e cuidando. Minha irmã, nunca imaginou que eu fosse ingressar na universidade, no entanto, me estimulava a estudar dizendo: "Vai ter que estudar muito para não precisar limpar a casa" e sua fala terminava com a justificativa: "Porque só assim vais conseguir um homem rico para casar e pagar uma empregada". Resumindo: eu teria que estudar bastante para conseguir um marido e não um bom emprego.

A oficina de papel reciclado foi o que me trouxe até o curso de Pedagogia. Através dela, comecei a entender o que é Educação Popular (na prática, mesmo sem o embasamento teórico). O referencial teórico surgiu quando ingressei na universidade. Segundo Brandão (2015), "a Educação Popular é o processo coletivo através do qual as classes populares se educam com sua própria prática e consolidam o seu saber popular, do seu contexto social". De folha em folha, do papel artesanal, me torneiicineira para outras meninas da comunidade. Já com um *status* de jovem liderança.

No ano de 2005, coordenei a produção de um documentário sobre a cultura afro na comunidade. A intenção era, além de retratar as danças e a religião, incentivar as jovens a experimentar novas vivências como, por exemplo, acessar equipamentos de vídeo, conhecer as pessoas que são referência no bairro, valorizar o meio em que vivem, lembrar os antepassados e mostrar o que ocorria na comunidade, naquela época.



Figura 2 - Reportagem do Jornal Diário Gaúcho do dia 20 de março de 2005.



Atividades como estas faziam com que o grupo de adolescentes, do qual eu fazia parte, fosse se empoderando e construindo sua identidade. Cunha (2014) salienta que a "Educação Popular é toda e qualquer manifestação do ensinar e aprender realizada como processo emancipador e empoderador, feito no diálogo, em suas vivências, conhecendo, criando e ampliando a sua visão de mundo" (p.134). Era assim que nossa visão de mundo estava se ampliando no coletivo, no momento em que uma contribuía com a outra.

Além destas atividades, comecei a ministrar oficinas de papel reciclado nas escolas municipais de Porto Alegre através do *Projeto Papel Social* da Secretaria Municipal de Cultura. Tive a oportunidade de participar do Fórum Social Mundial no ano de 2005, onde ajudei a confeccionar mais de dez mil crachás para o acampamento da juventude. Como artesã, fiz pastas para a Secretaria Municipal de Educação e para a Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, participei de eventos da Semana do Meio Ambiente da cidade e da Feira do Livro. Simultaneamente, participei de outro projeto da OnG Maria Mulher relativo à redução de danos onde eu e mais quatro pessoas, distribuíamos preservativos na comunidade para todos, principalmente para jovens.

Também fazíamos festas na comunidade, na rua, com artistas locais para dar visibilidade às questões de gênero e raça. Além de fazer essas atividades, eu estava cursando o Ensino Médio e levando este debate para dentro da escola pois, "[...] tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto e dependem, de maneira vital, das relações dialógicas estabelecidas com os outros" (GOMES, 2002, p.3). Mesmo com o pouco diálogo presente na escola, sempre algum colega demonstrava interesse no tema e, às vezes, algum professor sensibilizado com a causa, ousava fazer um seminário para os alunos.

Estas vivências possibilitaram mudanças na minha visão de mundo e de minha família. Considero que minha formação docente já estava acontecendo. Nesse momento, eu já sabia a grandeza de ser uma educadora, mas também da responsabilidade que teria. Assim, as estatísticas das quais eu fazia parte já eram outras, não mais as esperadas pelo meu contexto familiar e social. Meus familiares

também foram conhecendo e revendo alguns conceitos, assim a perspectiva de vida foi se modificando para todos.

## 5. AÇÕES AFIRMATIVAS E A FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA

Vivemos hoje numa democracia adoecida. Por conta disto, as políticas sociais estão fragilizadas, o que inclui a Universidade. No final de 2017, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul passou a investigar 334 alunos, de diferentes cursos, por suspeita de fraude na autodeclaração de cor, para ter seu ingresso realizado através das ações afirmativas, ou seja, suspeita-se que centenas de estudantes, estejam ocupando uma vaga na universidade que não lhes pertence. Destes 334 alunos<sup>12</sup>, 239, após apresentarem as documentações solicitadas, tiveram suas declarações indeferidas; 35 deferidas e 60 alunos convocados para a avaliação, junto a comissão designada, não compareceram. Destes 60 alunos, 27 estão afastados da universidade e serão chamados quando retomarem o vínculo. Como isso pode acontecer? Quais os meios que podem ser adotados para garantir que as vagas sejam ocupadas por quem se autodeclara e se reconhece preto ou pardo? Sobre estes casos “[...] o MPF (Ministério Público Federal) recebeu diversas representações contestando o processo de aferição da condição do fenótipo de alunos já classificados em vestibulares anteriores nas modalidades de reserva de vagas [...]”<sup>13</sup>

Conforme Pretto (2015), no dia 29/06/2007, após seis horas de intensas discussões, o Conselho Universitário (CONSUN) aprovou a implementação de uma política de cotas raciais e sociais na UFRGS através da Decisão nº 134/2017, a qual determinou a reserva de vagas, já no concurso vestibular de 2008. Assim sendo, em 2008 houve a primeira turma de cotistas na universidade. Desde então, todo aluno preto, pardo e indígena que é visto pelos campus é taxado como cotista, mesmo não sendo. “No dia 03 de agosto 2012, o CONSUN já havia aprovado a manutenção de reserva de vagas em 30% e a ampliação para 10 anos (antes 5 anos) do tempo de vigência da Política de Ações Afirmativas, preservando a continuidade da vinculação das cotas sociais às raciais.” (PRETTO, 2015. p.81).

Em 2013/2, ingressei na universidade através dessa Política de Ações

---

<sup>12</sup> <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2017/11/ufrgs-chama-para-verificacao-334-suspeitos-de-fraudar-cotas-raciais-cja2sau9t052901msr8so8kc9.html>

<sup>13</sup> <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/mpf-recomenda-que-ufrgs-suspenda-imediatamente-processo-de-avaliacao-racial.ghtml>

Afirmativas. Antes de falar sobre meu período de formação, quis trazer essa contextualização porque, como estou refletindo sobre a minha formação docente, estes fatos fazem parte da minha formação e, com certeza, influenciam no exercício da docência. Sobre ser uma aluna cotista na universidade, opto neste momento por não falar o que já é matéria recorrente sobre acesso e permanência. Não porque considere desnecessário, mas sim porque quero focar na formação que estes alun@s, no qual me incluo, estão recebendo.

No meu primeiro ano de graduação fiz parte do PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Subprojeto Pedagogia Modalidade EJA. Foi a primeira experiência docente, durante o curso de graduação. Uma experiência única, gratificante e prazerosa, onde comecei a ver a teoria e a prática andando juntas, pois ao mesmo tempo que estudávamos teóricos e seus conceitos sobre a educação de jovens e adultos, íamos à escola ver como a teoria se concretizava. Esta experiência deu mais sentido à minha graduação, pois como já mencionei anteriormente, não tinha interesse na Educação Infantil e com o PIBID-EJA tive a oportunidade de aprofundar meu conhecimento nessa área que no Curso de Pedagogia é abordada superficialmente. Infelizmente, alunos(as) cotistas não conseguem aproveitar muito tempo dos programas que a universidade dispõe, pois estes alunos precisam ajudar no sustento das suas casas ou se sustentarem. Com a bolsa que a universidade oferece, isso não é possível. Portanto, tive que sair do PIBID-EJA e buscar um outro estágio, com remuneração maior, o qual já relatei em capítulo anterior deste trabalho de conclusão.

A graduação costuma ser a prioridade dos estudantes que não precisam se sustentar. Já os estudantes que precisam trabalhar, organizam suas vidas conforme o tempo da universidade e da jornada de trabalho, por ser uma oportunidade de melhoria. Contudo, a qualidade da formação fica prejudicada, porque não é somente dentro das salas de aula que se aprende. A universidade entende isso quando dispõe de vários programas e projetos, porém estas ações não têm contemplado todos os estudantes.

Nesse último ano de graduação, me dediquei à universidade. No primeiro semestre fiz o estágio obrigatório numa escola municipal. No segundo, escrevi este trabalho de conclusão e tive uma bolsa de extensão na Coordenadoria de Ações

Afirmativas da UFRGS (CAF). Realizei, por meio desta bolsa, uma pesquisa entre os meses de agosto e outubro<sup>14</sup>, com estudantes do curso de Pedagogia. Destaco, abaixo, algumas reflexões sobre esta pesquisa, pois dialoga com o que vem sendo exposto nesse trabalho. Ela foi feita através de um questionário *online*, onde os participantes não precisavam se identificar e todos(as) graduandos(as) do curso de Pedagogia poderiam responder, sendo cotistas ou não. O questionário foi disponibilizado para estudantes de todas as etapas do curso. Dentre as 59 estudantes cotistas e não cotistas que responderam ao questionário, 23,7% entraram na universidade pelas cotas raciais e 30,5% pelas cotas sociais, por estudarem em escola pública, ou seja, na soma total, 54,2% dos participantes da pesquisa eram cotistas. Se pensarmos que todo ano ingressam 120 discentes no curso de Pedagogia e, nessa pesquisa, 59 pessoas responderam, qualitativamente, estes dados são significativos. O currículo do Curso apareceu como um “problema” em quase todas as respostas, pois os estudantes consideram que contempla mais a Educação Infantil do que as outras áreas. Também, conforme avaliam os respondentes, não prevê a discussão de questões sociais (eticorraciais, por exemplo) que precisam ser trabalhadas na escola. Também declararam que há racismo institucional na Universidade.

Trago a vivência desta pesquisa para refletir sobre algumas questões que as alunas cotistas apresentaram sobre sua vida acadêmica (nas quais, me incluo). São situações de como elas se sentiam no curso, como eram vistas por colegas não cotistas, quais suas opiniões sobre o curso de Pedagogia e a UFRGS, seus anseios e aflições, a quais foram trazidas de uma forma simples, mas preocupante: como se formam docentes em contexto hostil?

Neste trabalho, trago reflexões sobre como as histórias de vida de mulheres negras refletem na formação docente, a partir de uma narrativa autobiográfica. Observando esta vivência como bolsista no CAF, vejo o quanto a universidade não está receptiva aos estudantes pretos e pobres; que a relação da instituição com os discentes influencia na sua formação e nos rumos que terá; que ainda é necessário discutir questões de gênero, raça/etnia dentro da sala de aula; que representatividade importa; e que o acesso e a permanência é direito de todos, se

---

<sup>14</sup> O objetivo desta pesquisa foi conhecer o perfil das estudantes do curso de Pedagogia, para ajudar a universidade a pensar ações de permanência dos estudantes cotistas.

defendemos uma Universidade pública.

## 6. FINALIZANDO A ESCRITA

*[...] "interser" é uma palavra que não está no dicionário ainda, mas se combinarmos o prefixo "inter" com o verbo "ser", teremos este novo verbo "interser"[...] tudo co-existe. É por isso que eu penso que a palavra interser deveria estar no dicionário. "Ser" é interser. Você não pode simplesmente "ser" por você mesmo, sozinho. Você tem que interser com cada uma das outras coisas. (O coração da Compreensão de Thich Nhat Hanh)*

Depois da análise dos contextos discutidos, podemos considerar que "intersomos". A formação das professoras autodeclaradas negras está diretamente ligada ao seu contexto social. Querendo ou não, a história de vida reflete em nossas ações, ocasionando uma responsabilidade social que, muitas vezes, não se percebe a dimensão e proporção obtida.

Entendemos que "a escola tem o dever de proporcionar aos educandos, aprendizagens que possam auxiliar os sujeitos em sua emancipação, além de avançarem na sua trajetória, a fim de que os mesmos ocupem diversos espaços sociais" (SILVA, 2017. p.35). Quando se fala "a escola" precisamos ter nítido que nós, professoras(es), alunos(as), funcionários(as), juntamente com os pais e mães, somos a escola e, por isso, é de responsabilidade de todos contribuir para a emancipação dos sujeitos. Precisamos valorizar e respeitar as histórias de vida de todos, lembrando que a formação pessoal acontece em todos os espaços sejam eles escolares ou não.

É preciso, neste contexto, que as políticas de ações afirmativas sejam cumpridas em todas as etapas de ensino, para buscar o conhecimento e o fortalecimento da história e cultura da população negra proporcionando a construção da identidade positiva dos sujeitos. O debate de gênero, raça e etnia deve estar presente nas instituições de ensino, articulando-se aos movimentos sociais que estão na luta diária pela garantia dos direitos humanos. Por fim, as histórias de vida das mulheres negras, refletem em sua formação docente, mas as questões raciais só serão abordadas na prática docente se elas se reconhecerem como tal.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Secretaria Nacional de políticas para mulheres  
<<http://www.spm.gov.br/noticias/lique-180-registrou-749-024-atendimentos-em-2015/violenciasexual.png/view>> Acessado em 18/12/2017
- CUNHA, Aline Lemos - NARRATIVAS ENTRELAÇADAS: conversando sobre leituras e lembranças de escola com mulheres que se “encontram” em um Salão de Beleza de Cultura Afro. Agosto 2005.
- CUNHA, Aline. **Educação Popular**. In: ENCONTROS E CAMINHOS: FORMAÇÃO DE EDUCADORAS (ES) AMBIENTAIS E COLETIVOS E COLETIVOS EDUCADORES. v 3, 2014, [s.l.]. Brasília: MEC, 2014. P.131-139
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto\_2013.
- DOSSIÊ MULHERES NEGRAS: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília: Ipea, 2013. 160 p.
- FERREIRA, Ricardo Franklin & CAMARGO Amilton Carlos. **As Relações Cotidianas e a Construção da Identidade Negra**. PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2011, 31 (2), 374-389
- GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.
- GOMES, Nilma Lino. Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. disponível em: <<http://acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelo-como-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf>> Acesso em 06/12/2017.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.06, n.09, dez/2002, p. 38-47.
- Portal Instituto Guimarães. **Precisamos Conversar Sobre Depressão**. Disponível em: <<https://www.institutoguimaraes.com.br/single-post/2017/08/31/Precisamos-Conversar-Sobre-Depress%C3%A3o>> Acesso em 28/12/2017.
- MANEO, Adriano e AMÂNCIO, Thiago. **Com metade da população, negros são só 18% em cargos de destaque no Brasil**. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-no-brasil/negros/com-metade-da-populacao-negros-sao-so-18-em-cargos-de-destaque-no-brasil.shtml>> Acesso em 09/01/2018.
- NOGUEIRA, Iلسinha Baptista. Ninguém foge da própria história. **Psique Negritude**. Os efeitos psicossociais do racismo. 2008.
- NÓVOA, António. **O regresso dos professores**. Livro da conferência Desenvolvimento Profissional de Professores para a Qualidade e para a Equidade da Aprendizagem ao longo da Vida. Lisboa: Ministério de Educação, 2008.



PINHO, V.A de SANTOS, S. L. dos. **Um estudo sobre crianças negras no contexto da educação infantil** Ver. Fac. Educ. (Univ. do Estado de Mato Grosso), vol. ano 12, n. 2, p.81-98. Jul./dez.2014.

PRETTO, Flávio Luiz. **AÇÕES AFIRMATIVAS NA FACED/UFRGS: Um estudo a partir dos alunos que acessam o LIES.** 2015. 166f.

OLIVEIRA, Eliana. **Ensinar com Respeito.** Os Efeitos Psicossociais do Racismo.

OLIVEIRA, Fátima. **Oficinas mulher negra e saúde/Fátima Oliveira- Belo Horizonte: Mazza, 1998.160p**

SAÚDE MENTAL NO SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 86 p.: il. color. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde)

SAÚDE MENTAL. Caderno de Educação Básica. 34. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 176 p. : il.

SAÚDE DA MULHER NEGRA: guia para a defesa dos direitos das mulheres negras/ Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Porto Alegre, 2012.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos-SP, Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-187, 2015. ISSN 1982-7199.

SOUZA, Elizeu Clementino. O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador, BA: UNEB, 2006.

TEMÁTICO SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. - Brasília : Ministério da Saúde, 2016. (Painel de Indicadores do SUS; v.7, n. 10)

VIEIRA, Ana Nelcinda Garcia. Mulheres na linha de pobreza inseridas no cenário globalizado: como elas constroem seus discursos. Dissertação de Mestrado. Santa Maria. 2009.

WERNECK, Jurema (org). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Pallas/Criola, 2002.